

MINHA VIDA FORA DALI



“MINHA VIDA FORA DALI”:

A PERSPECTIVA DE JOVENS EGRESSOS DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO CONTRIBUIÇÃO À AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

REALIZAÇÃO

Movimento Nacional Pró-Convivência
Familiar e Comunitária

COORDENAÇÃO

Luciana Cassarino-Perez

Doutora em Psicologia (UFGRS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Infância, Juventude e Comunidade (Líber) da Universitat de Girona

EQUIPE DE PESQUISA

Mahyra Costivelli

Psicóloga. Coordenadora do Grupo Nós no Instituto Fazendo História

Luiza Escardovelli

Mestre em Psicologia Social (PUCSP). Técnica do Programa de Apadrinhamento Afetivo no Instituto Fazendo História

Viviane Antonia da Silva

Assistente Social. na Associação Beneficente Encontro com Deus

Patrick Reason

Secretário Nacional do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária.

APOIO

Ana Angélica Campelo; Cinthia Barros dos Santos; Juliana M. Fernandes Pereira

Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério da Cidadania

PROJETO GRÁFICO

Lucas Chueire

Designer na Associação Beneficente Encontro com Deus

ISBN

978-65-89063-00-1

APRESENTAÇÃO

No começo do ano de 2018 o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC), em parceria com a instituição Aldeias Infantis SOS Brasil, lançou o plano de incidência “Convivência Familiar e Comunitária: Prioridade Nacional”. Considerando a missão do Movimento e a aprovação de Resolução da Assembleia Geral sobre o direito da criança da ONU (Sessão 73 de 17 de dezembro de 2018), enxergou-se a necessidade de avaliar e atualizar o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) - Resolução CONANDA e CNAS nº 1/2006. Em julho de 2019, a partir da participação da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) no Encontro Nacional do Movimento, identificou-se a convergência de intencionalidades do Movimento e das Secretarias Nacionais (Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). À época, as Secretarias Nacionais haviam iniciado o planejamento de ações para a avaliação do PNCFC e firmado parceria com o IPEA para a realização de um estudo com o objetivo de analisar a trajetória dos serviços de acolhimento. Em uma reunião da Secretária Nacional de Assistência Social, Mariana de Sousa Machado Neris, a então Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Petrucia Andrade, e o Secretário Nacional do MNPCFC, Patrick Reason, acordaram a parceria das Secretarias Nacionais com o Movimento Nacional para a realização de ações com o objetivo de avaliar o Plano Nacional.

No processo de avaliação, formou-se uma compreensão unânime quanto à necessidade de escutar jovens egressos de serviços de acolhimento para coletar suas impressões e compreender suas vivências, de modo a subsidiar também a avaliação do PNCFC e sua posterior atualização. Com o replanejamento do processo de avaliação do PNCFC no contexto da pandemia, o MNPCFC responsabilizou-se pela realização do estudo, articulando, para isso, a parceria com a pesquisadora Dra Luciana Cassarino-Perez, especialista no tema, com o apoio do Instituto Fazendo História e o acompanhamento da equipe da SNAS/MC. Registramos nosso especial agradecimento à pesquisadora Luciana Cassarino-Perez, que se dedicou de forma voluntária e com absoluto profissionalismo à produção desta pesquisa e relatório. Este é, sem dúvida, um passo muito significativo em prol da visibilidade destes jovens no nível local, nacional e internacional e da urgência em se avançar na formulação de políticas específicas para os egressos de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil.

Com a expectativa de que possamos contribuir para impulsionar políticas mais consistentes a estes jovens, temos a honra de apresentar o estudo.

Fraternalmente

Patrick Reason

Curitiba, 04 de novembro 2020

A PESQUISA

A pesquisa que será apresentada aqui teve por objetivo conhecer a perspectiva dos usuários sobre pontos positivos e negativos de suas vivências em relação às três grandes dimensões do PNCFC: (1) apoio à família e prevenção do afastamento familiar; (2) reordenamento dos serviços de acolhimento; e (3) adoção centrada no superior interesse da criança e do adolescente.

Participaram do estudo 27 jovens egressos de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, representantes das diferentes macrorregiões brasileiras. Eles foram ouvidos durante os meses de agosto e setembro de 2020, por meio de entrevistas em grupo e individuais. As entrevistas foram realizadas virtualmente respeitando-se as normas de isolamento social impostas pela pandemia do vírus SARS-CoV-2.



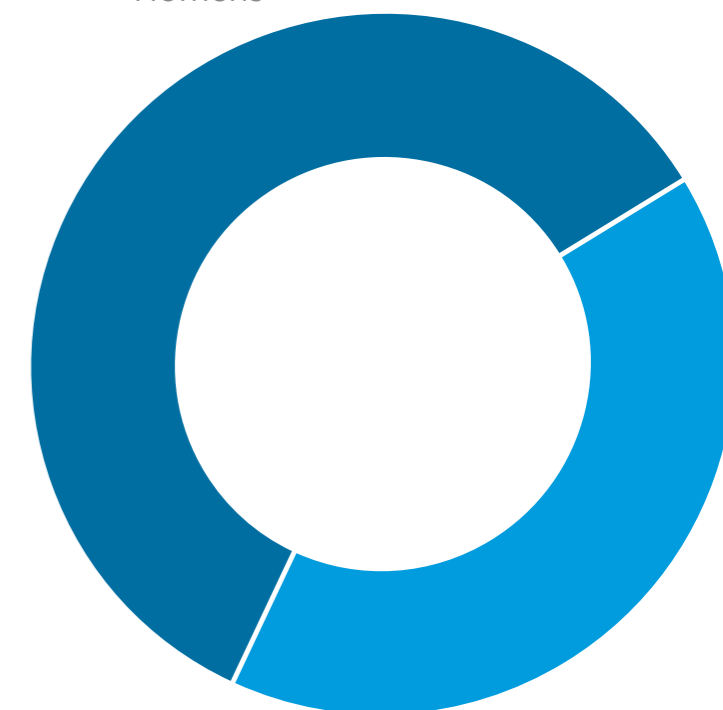
“Palavras mais utilizadas pelos jovens que participaram do estudo durante as entrevistas”.

QUEM SÃO OS JOVENS?



GÊNERO

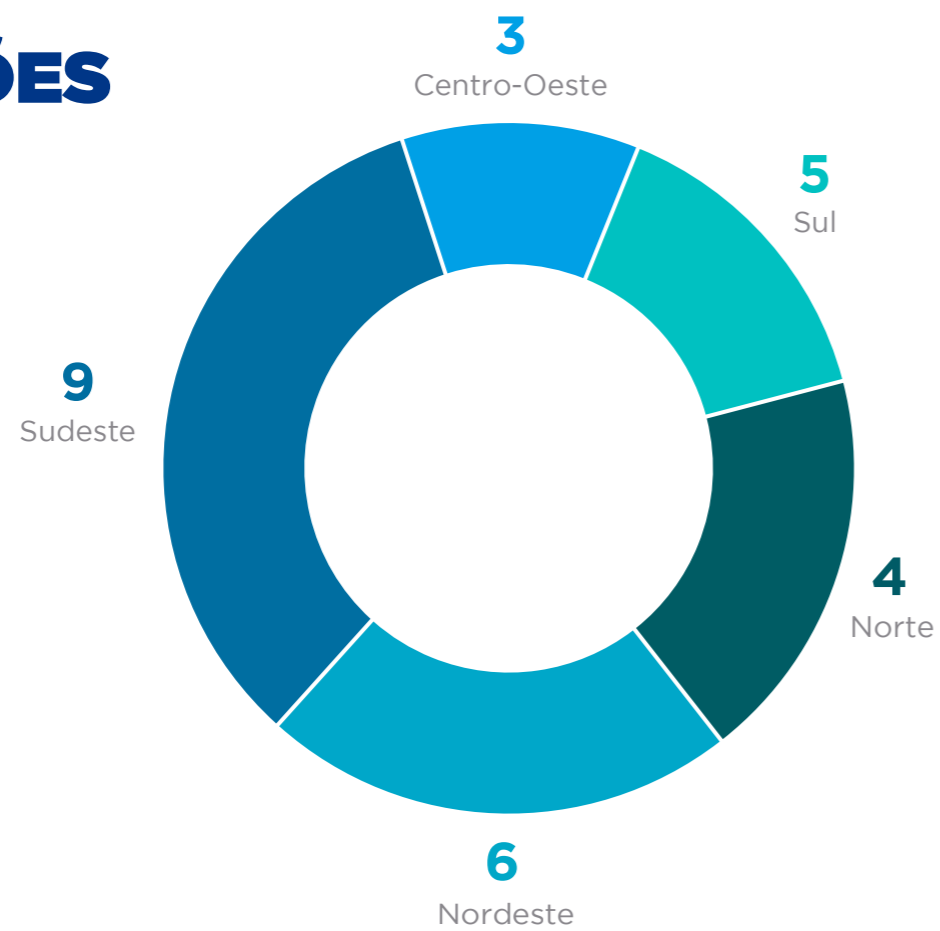
16
Homens



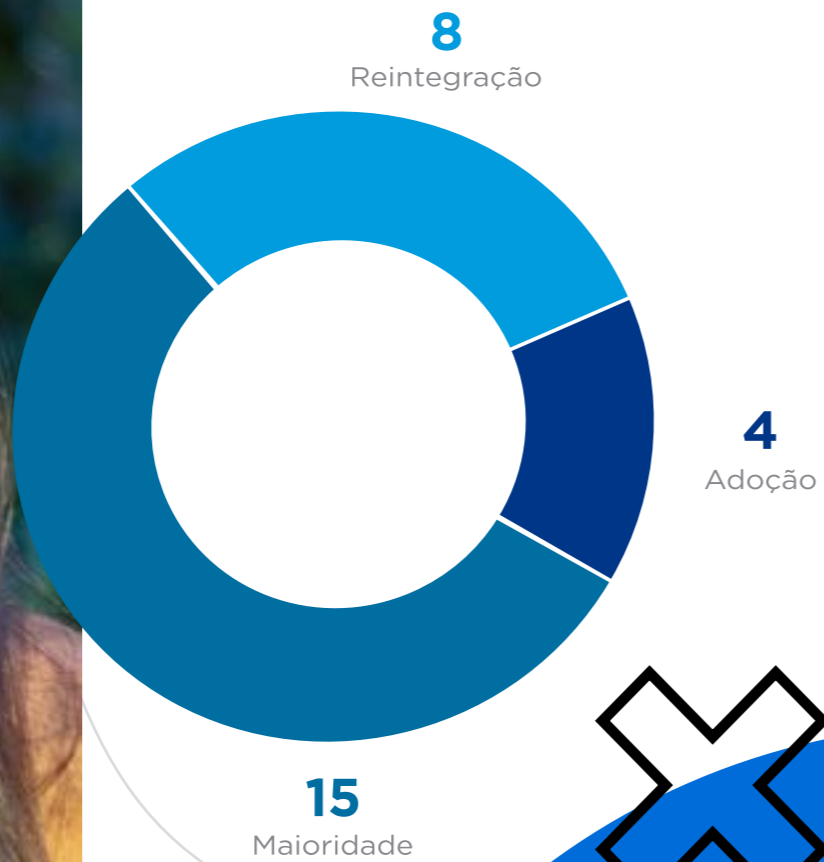
11
Mulheres



REGIÕES



MOTIVO DE SAÍDA



TEMPO DE ACOLHIMENTO (ANOS)



ESCOLARIDADE



RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa foram obtidos por meio da análise temática dos dados coletados nos grupos focais e nas entrevistas. Eles estão descritos a seguir em três eixos temáticos, cada qual contendo diferentes categorias e subcategorias.

As categorias estão descritas e representadas por trechos das falas dos jovens. Os nomes dos participantes foram substituídos por pseudônimos a fim de preservar suas identidades.



ENTRADA NOS SERVIÇOS

Para grande parte dos jovens entrevistados a entrada nos serviços de acolhimento se deu de forma abrupta e sem que eles estivessem cientes das razões do afastamento. De acordo com a maioria o primeiro contato com as famílias, antes do encaminhamento ao acolhimento, se deu quando a situação já se encontrava “muito crítica”.

“Não, não teve [trabalho preventivo]. (...) Aí eles chegaram lá em casa, conversaram com a minha mãe, conversaram comigo, e pegaram minhas coisas, e já me levaram pro abrigo. Entendeu? Eles chegaram lá e já me levaram” (Tulipa, Pará, 18 anos).

“... separaram eu e meus irmãos na época, éramos cinco irmãos, comigo era seis. Separaram a gente, eu tenho duas irmãs que foram adotadas e eu não vejo há dez anos, tem uma que ainda está no abrigo e tem os outros que já ficaram mais velhos então já saíram do acolhimento” (Dorado, Minas Gerais, 19 anos).

CONTATOS E VISITAS FAMILIARES

Muitos dos jovens afirmaram que não recebiam visitas quando estavam acolhidos, tampouco visitavam seus familiares. Alguns referiram que as visitas aconteciam esporadicamente. Outros poucos revelaram que o contato se manteve durante todo o período de acolhimento.

“... eu me sentia muito só dentro do abrigo, uma visita faz muita falta, faz muita diferença e eu me sentia só. Eu via aquilo lá acontecendo e eu não tinha ninguém pra poder conversar pra falar o que estava passando, então era muito difícil” (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

“... eu não tive um afastamento da minha família, ao contrário sempre minha família vinha, visitava. (...) e hoje assim minha vó que eu chamo de mãe, ela agradece muito a eles pelo fato de eu ter me tornado essa mulher que eu sou hoje entendeu?” (Jasmin, Amazonas, 25 anos).

ACOMPANHAMENTO SÓCIO FAMILIAR

Os jovens foram bastante críticos em relação ao acompanhamento feito pela rede de proteção às famílias durante o período em que estiveram acolhidos. Muitos denunciaram a ausência desse suporte e as consequências dessa falta. Também foram salientadas as vantagens de quando o acompanhamento sócio familiar foi realizado de forma consistente e com qualidade.

“... se tivesse sido procurado logo no começo que eu fui abrigado entende? Poderia ser diferente, poderia ser que meu pai corresse atrás e que quisesse ficar comigo, poderia ser que iria ser um cenário diferente, mas demorou muito pra isso acontecer” (Lynx, Pernambuco, 20 anos).

“A diferença que a [nome da instituição] tem é essa. O suporte que o agente visitador dá para as famílias é às vezes pra ir no posto de saúde, pra arrumar um emprego, pra ajudar com escola, mesmo das crianças que já saíram” (Dorado, Minas Gerais, 19 anos).

REINTEGRAÇÃO FAMILIAR

As tentativas de restauração dos vínculos familiares foram bastante salientadas pelos participantes da pesquisa. Algumas experiências de reintegração não foram bem sucedidas, realizadas de forma arbitrária, sem o devido estudo psicossocial e por vezes sem a escuta e consentimento da criança ou adolescente. As experiências bem sucedidas de retorno às famílias de origem estiveram sempre atreladas ao constante acompanhamento das famílias.

“... a equipe de assistentes sociais eles ficam tão desesperados, centrados em remandar a criança ou adolescente pra família, que eles acabam fechando os olhos pra outras coisas. Eles ficam focados muito em recriar laços entre os adolescentes e os parentes que eles acabam não vendo o que tá em volta” (Volans, São Paulo, 19 anos).

“Até hoje, desde o começo, que eu saí do [nome da instituição] já faz uns oito anos, e até hoje eles ligam pra mim, vêm na minha casa, vê como é que eu tô, vê como tá o vínculo com o familiar ali dentro da casa. (...) Então a preocupação deles não é só se eu estou com a minha família, se eu tenho um teto ou se eu tenho alimento, a preocupação deles é comigo no momento e com o meu futuro daqui pra frente”. (Lepus, Ceará, 20 anos).

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O tema do acolhimento institucional foi intensamente debatido pelos participantes desta pesquisa. Foram inúmeras as experiências, opiniões e sugestões dadas, já que todos os 27 participantes viveram em pelo menos um abrigo ou casa-lar. Um aspecto muito impactante das experiências relatadas foi a grande circulação de crianças e adolescentes por diferentes serviços. Muitos dos entrevistados passaram por dois, três, quatro ou mais abrigos e/ou casas-lares em suas trajetórias.

“Eu fui abrigado aos 12 anos, passei em cinco abrigos em Recife e mais um lá em Igarapu, uma cidade metropolitana” (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

Sobre a infraestrutura dos abrigos e casas-lares, houve relatos de serviços com excelente infraestrutura, mas também de outros em condições precárias e insalubres. Constatou-se ainda um número expressivo de jovens relataram que viveram em unidades que acolhiam mais de 20 acolhidos.

“E eu acho assim, um abrigo que tem uma quantidade muito grande de crianças sempre vai acontecer alguma coisa ruim, porque não é possível, em uma casa com quatro crianças você já fica louco, imagina 37 crianças e adolescentes juntos!” (Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

“O último abrigo que eu passei os banheiros eram nojentos, fedia. O quarto tinha goteira (...) faltava coisas de limpeza, as coisas eram feias, pouco colchão, uns tinham que dormir no chão porque não tinha cama suficiente pra adolescente que entrava lá, a segurança era pouca, T.V. só tinha uma no abrigo e ainda nem prestava direito”. (Jasmin, Amazonas, 24 anos).

No tempo em que estiveram acolhidos, os jovens estabeleceram vínculos e afetos com diversos membros das equipes dos serviços que foram, e para alguns continuam sendo, fontes cruciais de apoio. Mas em alguns casos o despreparo desses profissionais, a excessiva demanda de trabalho e a falta de motivação interferiram negativamente no cuidado destes com os acolhidos.

“Daí é uma criança gritando, uma bagunça aqui, aí discute... É família, é uma família mesmo! Só que uma família muito grande, com muita gente” (Camélia, São Paulo, 18 anos).

“... as cuidadoras que cuidavam da gente, todas eram muito dispostas e exerciam um papel materno realmente, estavam ali por amor. (...) é que as pessoas estão ali, mas às vezes o coração não está, faz com maldade e tal. E as nossas em específico, eram pessoas muito boas que estavam ali de coração mesmo, tinham se doado.” (Pegasus, Tocantins, 20 anos).

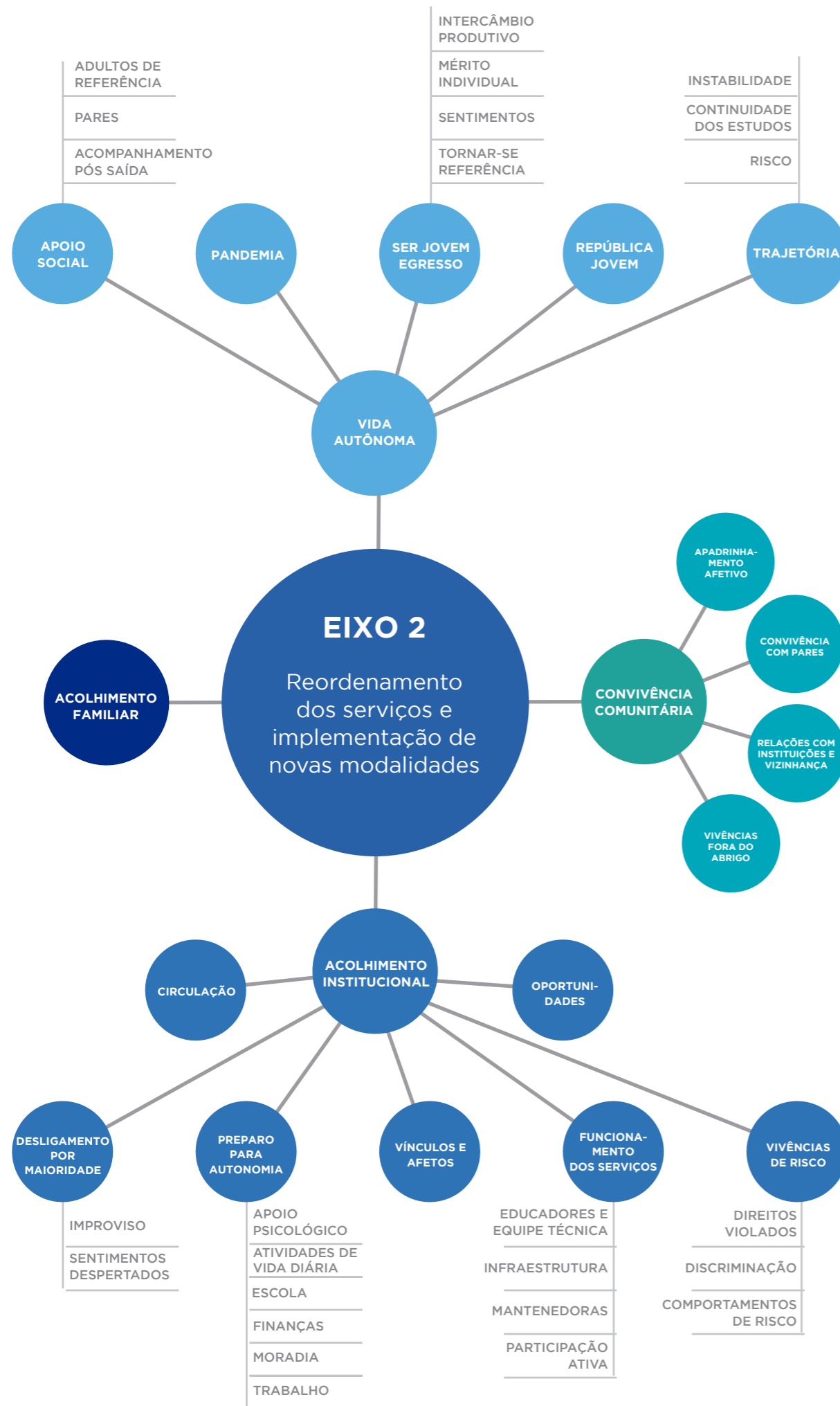
“Uma ideia pra melhorias é profissionais capacitados, pois apenas o ensino médio completo pra atuar fica bastante vago” (Apus, São Paulo, 31 anos).

Um aspecto primordial na qualidade do cuidado oferecido pelas equipes esteve relacionado à possibilidade de escuta e participação ativa dos acolhidos. Os jovens afirmaram que muitas vezes suas opiniões não foram consideradas e que não ocuparam o lugar de protagonistas na tomada de decisões sobre suas próprias vidas. Além disso, apontaram a necessidade de que as crianças e adolescentes sejam mais instruídos sobre seus direitos, sobre seus processos e serviços ou políticas de apoio aos acolhidos.

“...a questão da participação que é bem importante o jovem participar das suas escolhas, essa seria uma melhoria boa e essa questão de trabalhar as possibilidades que o jovem tem né (...) Pra ter uma opção de escolha e de estudo também né, conversar com o jovem pra saber os sonhos dele” (Cetus, São Paulo, 21 anos).

“... eu vim saber que eu podia ter ajuda do cadastro único, essas coisas, auxílio aluguel, tudo que quando você sai do abrigo você tem um direito de ter, só quando eu já tinha saído. Tipo eu não tive esse direito, eu nem sabia que eu tinha direito disso” (Rosa, Distrito Federal, 24 anos).

A preparação gradual para a autonomia durante o acolhimento foi outro ponto levantado pelos jovens. De forma geral os relatos revelam que os serviços priorizam a inserção no mercado de trabalho,



dedicando pouca atenção a outros temas importantes como o estudo, as atividades de vida diária, o manejo do dinheiro, etc. Os jovens que relataram experiências positivas de preparação para a vida adulta salientaram também a importância do apoio social e emocional nesses processos.

“Assim, não foi trabalhado quase nada em relação a saída. Muita coisa eu tive que aprender na marra e também no medo né, de eu vou fazer 18 anos como é que eu vou me virar lá fora, né?”
(Taurus, São Paulo, 20 anos).

“... tem que melhorar na questão do ensinamento né, porque a vida aqui fora não é fácil (...) pegar uma vez por semana que seja pra ensinar fazer um arroz, ensinar fazer feijão, ensinar fazer comida, né? Ensinar tipo a lavar roupa, né? Tudo isso daí seria importante se a gente aprendesse dentro do acolhimento, porque eu saí e sofri bastante com isso”
(Orion, Paraná, 20 anos).

“... eles dão toda uma estrutura né, a parte psicológica isso tudo né que conta bastante né nessa saída ainda mais com 18 anos, então tipo assim, a preparação psicológica é muito importante né?! Eu tive uma boa psicóloga e uma boa assistente social e tive uma boa estrutura no [nome do serviço] e um ótimo acompanhamento pra mim sair”
(Sirius, Rio Grande do Sul, 20 anos).

É interessante observar que para nenhum dos jovens o acolhimento institucional foi uma experiência totalmente positiva. Todos destacaram pontos a serem melhorados. Em alguns casos foram relatadas situações graves de violação de direitos ocorridas dentro dos serviços. No entanto, para a grande maioria, o acolhimento cumpriu sua função protetiva e ofereceu oportunidades que não teriam fora dos serviços.

“... eu como homem gay, crescer num abrigo religioso (...) eu sempre cresci ouvindo o Pastor e o povo falando que as minhas atitudes não eram de Deus, que eu tinha que ser homem. Tipo assim, crescer ali não me fez bem, porque eu demorei anos pra não ter problema de abrir a boca e falar, ‘nossa eu sou gay’, entendeu?”
(Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

“... as coisas que ensinaram, tanto da fé como do preparo pra sair e tal, as amizades, coisas que eu aprendi tipo artesanato essas coisas assim. Formar a questão do meu caráter foi uma coisa legal”
(Pegasus, Tocantins, 20 anos).



ACOLHIMENTO FAMILIAR

O tema do acolhimento familiar foi abordado com todos os jovens, mas a maioria não viveu em famílias acolhedoras e sequer sabia da existência desta modalidade. Três participantes compartilharam suas experiências de acolhimento familiar. Para uma delas a família acolhedora está sendo o caminho para uma transição gradual e apoiada para a vida adulta.

“Aí eu tô há pouco tempo em família acolhedora (...) eu conheci essa família acolhedora que me ajudou a sair de lá do abrigo. No começo a gente pensava que eles iam me ajudar e depois eu ir embora, né? Mas aí eles conversaram comigo e aí a gente acabou decidindo que eu vou ficar aqui até quando eu quiser né?! (...) Várias coisas estão se encaixando aos pouquinhos”
(Azaléia, Goiás, 18 anos).

As experiências relatadas pelos outros dois jovens com passagens por famílias acolhedoras foram muito divergentes. Um as descreveu como positivas, a outra relatou ter sido vítima de violência em duas famílias que a acolheram. Estes dois jovens passaram por quatro ou mais famílias acolhedoras. Eles acreditam que as mudanças são comuns, dada a forma como sistema funciona.

“A família acolhedora que escolhe o perfil. Ela quer uma criança assim, de 5 a 10 anos. Depois que você completa essa idade você vai pra outra família. Cada família é adaptada pra acolher tipo assim, até uma certa idade, entendeu? Aí vai trocando”
(Rigel, Santa Catarina, 24 anos).

“Eu aprendi bastante coisa em cada família. (...) E hoje eu mantenho contato com quatro famílias acolhedoras que eu acho que foi uma experiência muito legal que eu passei com eles e eu gosto muito deles (...) você ter contato com aquela família né. Se acostumar, você constrói um laço maior. Lá no abrigo você passa e daqui a pouco não tá mais. E é aquilo né, você nunca tá com a mesma pessoa”
(Rigel, Santa Catarina, 24 anos).

“Até que eu consegui uma família acolhedora (...) fiquei com essa família meses, passei por muita humilhação na casa dos outros, muitas vezes eu chorava calada por não poder voltar pro abrigo onde eu vivia, passei por quatro famílias acolhedoras, a última que eu passei eu sofri demais porque eu ia sendo estuprada por amigo da família e quando fui contar para o Assistente Social eles não acreditaram em mim. Até hoje eu odeio todo mundo que não acreditou em mim”
(Jasmin, Amazonas, 25 anos).





CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA

Embora a convivência comunitária seja um direito das crianças e dos adolescentes durante o acolhimento, os jovens relataram poucos vínculos e relações estabelecidos fora dos abrigos e das casas lares. Para muitos o apadrinhamento afetivo foi a grande oportunidade de convivência comunitária. Já com amigos e outros colegas, serviços e instituições, vizinhança, etc. o convívio foi bastante restrito. Alguns jovens afirmaram que se sentiam presos durante o acolhimento e revelaram o desejo que tinham de serem vistos e fazer parte de outros contextos.

“Eu tinha 17 anos quando eu conheci minha madrinha né, do apadrinhamento afetivo, eu conheci ela no momento assim, sabe quando você quer desistir da vida e desiste mesmo de tudo na vida? (...) ela foi a luz no fim do túnel, foi minha âncora.”
(Rosa, Distrito Federal, 24 anos).

“... eu nunca tive a oportunidade de levar meus amigos da escola pra dormir em casa, uma vivência comum que todo adolescente tem e eu não tive porque eu morava no abrigo”
(Íris, São Paulo, 30 anos).

“Eu participei de uma campanha (...) de um time que tem lá no Recife em parceria com a Vara de Infância, fizeram lá uma parceria de levar os abrigados pro campo fui um dos selecionados e participei da campanha, foi muito importante, e aí a gente teve visibilidade”
(Lynx, Pernambuco, 22 anos).

VIDA AUTÔNOMA

Os jovens também apontaram os principais desafios e sentimentos vivenciados na transição entre o acolhimento e a vida adulta, bem como aspectos positivos e de suporte que favoreceram seus processos. O apoio de adultos de referência foi apontado como fundamental pra a vida depois da saída dos serviços. Os jovens citaram os padrinhos, irmãos mais velhos, educadores, pais sociais, e pais adotivos como principais fontes de apoio.

“... o abrigo onde eu morava, não reparava na gente que morava lá (...) as conquistas que eu tive, tenho que agradecer pra minha madrinha, que consegui pelo apadrinhamento afetivo, que esteve ao meu lado sempre e continua comigo”
(Rosa, Distrito Federal, 24 anos).

“É a melhor parte rever [os pais sociais], falar como a gente tá, é a melhor parte. E saber que a gente tem alguém sabe. Porque muitas vezes tu sai, assim, que nem eu, eu me desvinculei da família total, então, tipo assim, muitas vezes tu fica perdido.”
(Hortênsia, Rio Grande do Sul, 30 anos).

Embora alguns tenham contado com educadores como referência nos seus processos de transição, os jovens consideram que não tiveram o apoio formal que precisaram por parte dos serviços onde moravam.

“... numa família estruturada faz 18 anos, a mãe não fecha a porta na cara dele, ‘tchau, agora é com você’. E com quem tá no abrigo, é assim que acontece, independente se você ficou lá 10 anos, ou um mês. É tchau! A partir de agora, é você e você. Então acho que deveria sim, ter um acompanhamento pós desligamento”
(Íris, São Paulo, 30 anos).

“... eu agradeço muito as assistentes, as que cuidou de mim, só que quando eu fiz 18 anos me deixou de lado, (...) acho que quando você faz 18 anos é quando a pessoa tem que trabalhar mais com você sabe? Tipo... ‘Olha você tá precisando de algo? Você quer ajuda? A gente procura com você...’ e não fizeram isso comigo e eu me sinto muito mal e acho que foi isso que falhou sabe?”
(Rosa, Distrito Federal, 24 anos).

As Repúblicas foram citadas por três jovens como modalidade de acolhimento que favoreceu a conquista gradual da autonomia. Grande parte dos entrevistados não teve oportunidade de morar em uma República, muitos sequer sabiam que elas existiam. Os que tiveram a chance de passar por elas defendem o aumento do número de Repúblicas. Mas acreditam que as regras nestes serviços devem ser mais flexíveis e que deve haver maior acompanhamento por parte de equipes técnicas.

“... vários amigos falaram que gostariam de passar pela República, só que não tinha República suficiente pra todo mundo né (...) algumas Repúblicas fecharam, isso incluindo de meninas e de meninos, então tipo é uma coisa muito pouca pra tantos jovens de abrigo”
(Taurus, São Paulo, 20 anos).

“... chegando na República eles apresentaram pra nós o mundo de maravilhas. Pô eu com 18 anos, uma casa grande, não tinha mais cuidador pra ficar enchendo o saco. Só que foi diferente do que eu imaginava. Eles passaram um tanto de regras, coisas pra fazer, só que eles passaram a regra e pronto, vocês se viram sabe, não fizeram nenhum trabalho”
(Dorado, Minas Gerais, 19 anos).

Com ou sem República, com ou sem apoio social, chegada a maioria dos jovens tiveram que seguir seus caminhos fora dos serviços. As trajetórias percorridas nem sempre foram tranquilas, normalmente estiveram marcadas por instabilidade financeira, trocas constantes de empregos e de locais de moradia. Para muitos foi difícil continuar estudando, já que a prioridade passou a ser o sustento. E para alguns, as trajetórias também envolvem comportamentos de risco, como o uso e/ou tráfico de drogas, prostituição e gravidez indesejada.

“Muitos jovens que eu vi saindo do acolhimento (...) depois de um tempo não estavam bem. né, tinham gastado todo dinheiro que eles tinham guardado, já não estavam morando no mesmo lugar. Eu mesmo guardei meu salário inteiro quando estava no abrigo e hoje em dia já não tenho mais nada basicamente e já nem to morando onde eu tinha entrado de início quando eu saí do abrigo”
(Taurus, São Paulo, 20 anos).

“... a tendência de tu voltar pra criminalidade é muito grande. Se tu tiver desempregado e qualquer oportunidade que tu tiver de ganhar dinheiro fácil (...) conheço muitos jovens que saíram do abrigo e foram pra criminalidade e hoje tem alguns aí que vieram a falecer”
(Sirius, Rio Grande do Sul, 20 anos).

“... meninas saíram de lá e se envolveram no álcool, nas drogas muitas delas novas com 15, 16 engravidaram, engravidaram do mundo mesmo e hoje tão criando o filho só”
(Gérbera, Goiás, 19 anos).



ADOÇÃO ILEGAL

Ao contarem suas histórias de acolhimento alguns jovens relataram situações de adoções ilegais.

“... eu estava em uma situação muito precária em outra família, que não eram os meus pais biológicos, eu não cheguei a conhecer eles. Eu cresci com uma família que não era minha família biológica, eu considerava eles, só que era uma família não muito bem estruturada”
(Volans, São Paulo, 19 anos).

“... o Conselho tava procurando minha família de sangue, e eles conseguiram achar devido o meu nome. Porque minha mãe adotiva não conseguiu passar pro nome dela. Aí eu fiquei com o nome da minha mãe de sangue”
(Tulipa, Pará, 19 anos).

ADOÇÃO TARDIA

Três participantes da pesquisa foram adotados com mais de 16 anos. Eles acreditam que seus casos foram exceções à regra, já que esse tipo de adoção é pouco frequente. Em relação às experiências deles nas familiares adotivas elas variaram significativamente. Dois dos jovens mantêm contato com seus pais adotivos e contam com eles nos seus cotidianos, mas outro atualmente não mantém contato com a família que o adotou.

“... então tinha uma distinção muito grande lá dentro [entre os filhos biológicos e os adotivos]. (...) e eu não queria ir embora porque eu pensava, eu vou fazer 18 não tenho pra onde ir, eu já tô aqui mesmo, o abrigo não é melhor mesmo, fica elas por elas então é melhor eu ficar”
(Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

“Depois que eu cheguei pra minha família eu dei um salto bem gigantesco, então eu já consegui fazer vários cursos, eu já terminei meu ensino médio e hoje já faço faculdade. Sempre tem meus pais aqui no meu pé, me cobrando, me apoiando”
(Lynx, Pernambuco, 22 anos)

ADOÇÃO MALSUCEDIDA

O tema das adoções malsucedidas foi bastante abordado pelos jovens. Foram vários relatos das ditas “devoluções” que ocorreram com no mínimo um ano de convivência entre os adotados e adotantes. Quando foram questionados sobre os motivos das rupturas em casos de adoção, os jovens em geral relataram que as relações “não deram certo” e que as famílias tinham expectativas equivocadas em relação a eles.



“Aí meu irmão ficou lá uns três anos, daí ela [mãe adotiva] devolveu. Devolveu ele pro abrigo, dizendo que não era o jeito que eles queriam. Aí depois eu conheci outra família, mas não deu muito certo também, por causa da idade que eles queriam uma criança. Não queriam adolescente porque dava muito trabalho, aí foi assim”
(Azaléia, Goiás, 18 anos).

“É uma coisa que eu não desejo pra criança nenhuma, porque você já vai com traumas, aí você sai com mais. Até você entender que a culpa não é sua, que você não poderia fazer nada (...) Então assim, se você não ficar totalmente comprometido, realmente, que a adoção é por meio de ser uma mãe de ser um pai de verdade, não adota. Faz um trabalho social. Não adota, porque as vezes você pode acabar com a vida de uma criança”
(Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

PREPARAÇÃO E PROCESSOS DE ADOÇÃO

O trabalho feito pelas Varas da Infância e Juventude antes, durante e após a concretização dos processos de adoção, foi avaliado positivamente pelos jovens. Já a ausência de acompanhamento por parte dos serviços de acolhimento foi citada bastante.



Alguns jovens acreditam que os processos de adoção deveriam ser menos burocráticos, outros entendem que facilitar os processos é prejudicial. Houve consenso dentro deste tema sobre a necessidade de preparar melhor os adotantes e os adotandos, a fim de evitar o rompimento de vínculos após a concretização da adoção. Os relatos salientaram ainda a importância da busca ativa de famílias para casos de adoção tardia.

“... realmente tem que ter essa preparação maior e quem vai adotar tem que entender que a criança vai levar uma bagagem, que não vai ser fácil. Porque a criança não é um robô que você adotou, e você vai limpar a memória dela e vai ser reconfigurado”
(Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

“... a parte da Vara da Infância que eu posso avaliar, mas do abrigo não posso avaliar porque eles não fizeram quase nada. O que fizeram foi me dar a notícia e mais nada”
(Lynx, Pernambuco, 22 anos).

“... a juíza me chamou e só perguntou como eu tava (...) Aí eu falei, ‘Tô bem’. Arquivou lá. Aí eu perguntei, ‘e minha adoção vai sair?’. Porque eu fiz 18 anos e até hoje eu não fui adotado, ainda está com a guarda provisória, não é definitiva. Porque é muito enrolado”
(Pegasus, Tocantins, 20 anos).

“Esse vídeo que eu participei, que eu fiz com meus amigos, esse vídeo chegou até aqui e minha mãe viu o vídeo, ela se identificou comigo, viu que eu era o filho dela, que eu estava esperando ela. Então a minha adoção aconteceu a partir dessa campanha”
(Lynx, Pernambuco, 22 anos).

VÍNCULOS COM A FAMÍLIA DE ORIGEM

Mesmo após a concretização de sua adoção, alguns jovens mantiveram contato com suas famílias de origem. Os vínculos mais presentes nestes casos foram com os irmãos. Alguns jovens mantiveram contato com outros membros de suas famílias de origem e avaliaram de forma positiva essa vinculação.

“Dia dos pais agora, eu fui com meus pais adotivos na casa do meu pai de sangue dar o presente do dia dos pais. (...) e esses dias pra trás, eu tava com suspeita de corona, e aí meu pai de sangue ficou sabendo. Ele queria saber o que ele poderia fazer por mim e eu achei muito legal porque a gente já não tinha contato com pai e filho há mais ou menos 10 anos. Então pra mim foi muito legal sabe, ver ele se pondo a disposição, falando que o que eu precisasse era só ligar”
(Pegasus, Tocantins, 20 anos).

EM SÍNTESE...

EIXO 1

PONTOS POSITIVOS

- Afastamento apenas em último caso;
- Promoção da reintegração familiar com acompanhamento;
- Preservação dos vínculos;
- Intervenção com famílias em situação vulnerável

O QUE AINDA PRECISA SER FEITO?

- Garantir a provisoriedade da medida protetiva;
- Optar pelo afastamento apenas após trabalho preventivo;
- Amparar e acolher a criança/adolescente no ato do afastamento da família de origem;
- Padronizar o trabalho preventivo e de acompanhamento sócio familiar;
- Favorecer a participação ativa da criança/adolescente nas decisões sobre reintegração familiar.



PONTOS NEGATIVOS

- Não preservação dos vínculos;
- Acompanhamento sócio familiar em alguns serviços/contextos e em outros não;
- Afastamento abrupto sem trabalho preventivo;
- Reintegração familiar sem a escuta da criança ou adolescente.

EIXO 2

PONTOS POSITIVOS

- Suporte de adultos de referência (padrinhos, educadores, irmãos mais velhos, pais adotivos) na vivência do desligamento;
- Esforços para promoção da convivência comunitária propiciando visibilidade e protagonismo;
- Acolhimento familiar favorecendo a transição para a vida adulta.

PONTOS NEGATIVOS

- Serviços permanecem realizando atendimento em grupos grandes;
- Crianças e adolescentes sentem-se “presos” sem interação com a realidade fora dos serviços;
- Educadores e equipe técnica estão com demandas excessivas de trabalho;
- Imprevisibilidade e insegurança na relação com o ambiente e cuidador pela alta circulação entre diferentes serviços;
- Falta de participação ativa dos acolhidos e pouca informação sobre seus direitos;
- Desligamentos sem o devido planejamento;
- Pouca preparação para aquisição gradual da autonomia;
- Poucas famílias acolhedoras;
- Famílias acolhedoras pouco interessadas no acolhimento de adolescentes;
- Violações de direitos no contexto da família acolhedora;
- Poucas Repúblicas para egressos;
- Repúblicas funcionando sem o devido apoio das equipes técnicas.

O QUE AINDA PRECISA SER FEITO?

- Garantir que nenhum serviço de acolhimento ultrapasse o número recomendado de crianças/adolescentes por unidade;
- Oferecer e exigir capacitação educadores e equipe técnica;
- Aumentar a utilização da rede de serviços e a participação na vida comunitária;
- Diminuir a circulação de crianças e adolescentes entre os diferentes serviços de acolhimento;
- Realizar o desligamento de forma gradativa;
- Ampliar o número de famílias acolhedoras com o devido preparo e acompanhamento de equipe técnica;
- Aumentar o número de Repúblicas como alternativa para o jovem que deseja contar com esta modalidade quando do desligamento aos 18 anos;
- Ampliar a escuta e participação da criança e do adolescente na tomada de decisão sobre seus processos e planos de futuro;
- Informar a crianças e adolescentes sobre seus direitos, o andamento de seus processos e os serviços e políticas com os quais podem contar;
- Desenvolver e implantar políticas específicas para favorecer a transição para a vida adulta de adolescentes que deixam o sistema de proteção;
- Garantir boas condições de trabalho aos educadores e equipe técnica
- Promover a articulação de jovens egressos do acolhimento a fim de aumentar sua rede de suporte social e facilitar a participação juvenil.



EIXO 3

PONTOS POSITIVOS

- Adoção como alternativa apenas quando esgotadas as possibilidades de vínculos com família de origem;
- Busca ativa de adotantes para crianças maiores e adolescentes;
- Manutenção de vínculos com membros da família de origem após a adoção;

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de envolvimento das equipes dos serviços de acolhimento nos processos de adoção;
- Falta de preparação dos adotantes em relação às expectativas frente à adoção;
- Falta de preparação e manejo das expectativas das crianças e adolescentes durante seus processos de adoção;
- Pouca articulação entre os serviços de acolhimento e as Varas da Infância e da Juventude no acompanhamento dos casos de adoção;
- Poucas famílias interessadas em adotar adolescentes;
- Processos excessivamente burocráticos em alguns casos e demasiadamente ágeis em outros.

O QUE AINDA PRECISA SER FEITO?

- Melhorar a articulação entre serviços de acolhimento, Vara da Infância e da Juventude e Grupos de Apoio à Adoção;
- Desenvolver uma metodologia de acompanhamento dos casos de adoção por parte dos serviços de acolhimento, que priorize a escuta e acolhimento da criança ou adolescente que está no centro do processo;
- Oferecer acolhimento e escuta aos irmãos que não forem adotados e buscar que os vínculos não se rompam;
- Ampliar as possibilidades de busca ativa de adotantes para crianças maiores e adolescentes.

AGRADECIMENTO

Agradecemos aos 27 jovens que participaram desta importante escuta. Muito obrigado por terem dividido conosco vivências, opiniões e sugestões. Esperamos que este trabalho possa contribuir para o pleno exercício dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos, assim como vocês tanto desejam. Sobretudo, esperamos que esta pesquisa contribua para o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a aquisição gradual da autonomia e a transição para a vida adulta de jovens egressos.



EQUIPE DE PESQUISA

Luciana Cassarino-Perez
(*Liberi da Universitat de Girona*)

Mahyra Costivelli
(*Instituto Fazendo História*)

Luisa Escardovelli
(*Instituto Fazendo História*)

Viviane Antonia da Silva
(*Associação Beneficente Encontro com Deus*)

Patrick Reason
(*MNPCFC*)



“MINHA VIDA FORA DALI”:

**A PERSPECTIVA DE JOVENS EGRESSOS
DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO
CONTRIBUIÇÃO À AVALIAÇÃO DO
PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA
FAMILIAR E COMUNITÁRIA**

